

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Tubarão Saneamento S.A.
Tubarão - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Tubarão Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tubarão Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 12 de junho de 2018.

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	324	426	Fornecedores	8	1.349	1.083
Outros investimentos	4	1.531	1.130	Empréstimos e financiamentos	9	83	6.236
Contas a receber de clientes	5	4.406	4.255	Debêntures	10	-	5.172
Estoques		539	433	Obrigações sociais e trabalhistas	11	911	948
Impostos e contribuições a recuperar		152	152	Obrigações tributárias	12	446	371
Depósitos judiciais	14	-	3.141	Imposto de renda e contribuição social a pagar		287	486
Despesas antecipadas		83	76	Total do passivo circulante		3.076	14.296
Total do ativo circulante		7.035	9.613				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Fornecedores	8	549	553
Depósitos judiciais	14	12	6	Empréstimos e financiamentos	9	6.805	83
Impostos e contribuições a recuperar		240	217	Obrigações tributárias	12	1.292	1.077
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.561	1.263	Imposto de renda e contribuição social a pagar		162	234
Total do realizável a longo prazo		1.813	1.486	Provisão para contingências	14	81	140
				Total do passivo não circulante		8.889	2.087
Imobilizado	6	1.416	940	Patrimônio líquido	15		
Intangível	7	18.947	16.681	Capital social		10.920	5.810
Total do ativo não circulante		22.176	19.107	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	359
				Reservas de lucros		6.326	6.168
				Total do patrimônio líquido		17.246	12.337
Total do ativo		29.211	28.720	Total do passivo e patrimônio líquido		29.211	28.720

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita operacional líquida	20	30.277	28.514
Custo dos serviços prestados	21	(10.224)	(9.238)
Lucro bruto		20.053	19.276
Despesas operacionais			
Comerciais	21	(4.283)	(4.278)
Administrativas e gerais	21	(6.975)	(6.483)
		(11.258)	(10.761)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras líquidas e impostos		8.795	8.515
Receitas financeiras	22	666	528
Despesas financeiras	22	(2.099)	(2.431)
Despesas financeiras líquidas		(1.433)	(1.903)
Resultado antes dos impostos		7.362	6.612
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.751)	(2.695)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	298	502
Lucro líquido do exercício		4.909	4.419

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>4.909</u>	<u>4.419</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.909</u></u>	<u><u>4.419</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	4.860	-	153	2.905	-	7.918
Aumento de capital	950	-	-	(950)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.419	4.419
Reserva legal	-	-	221	-	(221)	-
Reserva de lucros	-	-	-	3.839	(3.839)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	359	-	-	(359)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.810	359	374	5.794	-	12.337
Aumento de capital	5.110	(359)	-	(4.751)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	4.909	4.909
Reserva legal	-	-	246	-	(246)	-
Reserva de lucros	-	-	-	4.663	(4.663)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.920	-	620	5.706	-	17.246

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TUBARÃO SANEAMENTO S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.909	4.419
Ajustes para:		
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.545	2.343
Depreciação e amortização	1.400	1.005
Provisão para contingências	(59)	82
Impostos com recolhimento diferidos	234	208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(298)	(502)
Juros sobre atualização do contas a receber	(304)	(330)
Juros incorridos de empréstimos, financiamentos e debêntures	879	1.897
Imposto de renda e contribuição social provisionados	2.751	2.695
Realização da Reserva de Lucros	(4.751)	(950)
Realização de Adiantamento para futuro aumento de capital	(359)	-
	<u>6.947</u>	<u>10.867</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber de clientes	(2.392)	(2.019)
Redução em estoques	(106)	(152)
Aumento líquido/(redução) em outros ativos circulantes e não circulantes	3.135	(3.126)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	(23)	(93)
(Redução)/aumento líquido em despesas antecipadas	(7)	8
Aumento líquido em fornecedores	262	203
(Redução)/aumento líquido em obrigações sociais e trabalhistas	(37)	389
Aumento líquido/(redução) em obrigações tributárias	56	(30)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>7.835</u>	<u>6.997</u>
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	534	(1.480)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.022)	(2.437)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>5.347</u>	<u>3.080</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(854)	(179)
Aquisições de ativo intangível	(3.288)	(2.509)
Outros investimentos	(401)	(1.130)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(4.543)</u>	<u>(3.818)</u>
Fluxo de caixa das atividade de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(6.016)	(1.310)
Aumento de capital	5.110	950
Fluxo de caixa/(usado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(906)</u>	<u>(360)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(102)</u>	<u>(2.048)</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1° de janeiro	426	2.474
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>324</u>	<u>426</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Tubarão Saneamento S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Rua Altamiro Guimarães nº 685, na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, tendo sido constituída com objetivo exclusivo à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário que compreendem o planejamento, a construção, a operação e a manutenção das unidades integrantes dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de produção e distribuição de água potável, coleta, afastamento, tratamento e disposição de esgotos sanitários incluindo a gestão dos sistemas organizacionais, a comercialização dos produtos e serviços envolvidos e o atendimento aos usuários, compreendendo também a realização das atividades correlatas e a exploração de fontes de receitas, no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina, nos termos do “Edital de Concorrência nº 001/2010/Fundasa” e do “Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de Tubarão”, nº 38/2012.

O prazo do contrato de concessão é de 30 (trinta) anos com vencimento original em 2042.

O controle da Companhia é compartilhado entre as empresas Iguá Saneamento S.A. e a Duane do Brasil S.A., com 50% de participação de cada uma.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais são consistentes com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”).

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Empresa adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perdas para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 12 de junho de 2018 e será aprovada em Assembleia de Acionistas em data posterior.

2.2. Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 7: vida útil do ativo intangível resultante do contrato de concessão;
- Nota explicativa nº 2.3.14: classificação de arrendamento mercantil;
- Nota explicativa nº 14: reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 19: reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

2.3. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3.2. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

2.3.3. Receita operacional

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações contábeis, representam receitas incorridas e são reconhecidas como contas a receber de clientes / receita operacional com base em estimativas mensais dos serviços completados.

b) Outros serviços indiretos de água e esgoto

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros, ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

c) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC).

A Companhia é remunerada pelos usuários dos serviços públicos e, portanto, a receita é determinada mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. Baseada no Plano de Negócios, a Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência e está diretamente relacionada ao respectivo ativo intangível formado.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.3.4. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.3.5. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Juros sobre atualização de contas a receber de clientes e impostos a recuperar;
- Descontos obtidos;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Outras despesas financeiras.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

2.3.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.3.8. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Máquinas, aparelhos e equipamentos: 4 a 5 anos;
- Veículos: 4 a 5 anos;
- Móveis e Utensílios: 10 anos;
- Computadores e periféricos: 5 anos;
- Benfeitorias em Imóveis de Terceiros: 25 anos;
- Terrenos: sem depreciação.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.3.9. Ativos intangíveis

a) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia, porque o contrato de concessão não transfere o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo estes revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a um direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos.

No caso da Companhia não está previsto nos contratos de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção e custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

A amortização é efetuada linearmente durante o prazo da concessão e não excede os prazos de concessão.

b) Outros ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

d) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.3.10. Instrumentos financeiros

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

b) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

d) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

2.3.11. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2017.

2.3.12. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.3.13. Provisão de manutenção - Contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Não há intervenções físicas previstas em contrato e/ou pela Administração da Companhia até o encerramento da concessão vigente, portanto, nenhuma provisão foi registrada em 31 de dezembro de 2017 com relação a este assunto.

2.3.14. Arrendamentos

a) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

b) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

c) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear e pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

2.3.15. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 2.2).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.3.16. Mudanças em práticas contábeis

- a) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2017

Não há novas normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez para períodos que se iniciaram em ou após 1º de janeiro de 2017 que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. Adicionalmente, nenhuma das alterações de normas e interpretações vigentes desde 1º de janeiro de 2017 resultaram em impacto significativo nas demonstrações contábeis da Tubarão Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

- b) Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva após 31 de dezembro de 2017

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Tubarão Saneamento S.A.

Norma Vigência	IFRS 9 - Instrumentos Financeiros 1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	<p>Uma das principais alterações referem-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não na demonstração do resultado do exercício.</p> <p>A outra principal alteração está relacionada ao "impairment" de ativos financeiros, como por exemplo as provisões para créditos de liquidação duvidosa, em que o modelo de "perda esperada" substitui o modelo de "perda incorrida". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.</p> <p>De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:</p> <p>Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e</p> <p>Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.</p> <p>A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo</p>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Impactos da adoção

A Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão ocorrer para os recebíveis do contrato de concessão no modelo do CPC 48. Com base na metodologia de impairment, a Companhia estimou que a aplicação dos requerimentos de impairment do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 resultará em perdas por redução ao valor recuperável como segue:

Contas a receber e outros recebíveis

No contrato de concessão, a carteira de recebíveis foi analisada pelo modelo de “rolagem”, onde foi calculada a probabilidade de cada recebível se tornar inadimplente, considerando grupos de contrapartes e recebíveis com características semelhantes de risco, conforme abordagem simplificada estabelecida pelo CPC 48. Nestas circunstâncias, os recebíveis com atrasos superiores a 180 dias serão considerados 100% na provisão de perda do valor recuperável e para as demais faixas de vencimento provisiona-se a perda esperada baseada na inadimplência histórica dos últimos três anos.

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma

IFRS 15 - Receita de contrato com clientes

Vigência

1º de janeiro de 2018

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.

A receita deverá ser reconhecida levando-se em consideração os cinco critérios a seguir que precisam ser atendidos de forma cumulativa: (i) identificar o contrato; (ii) identificar as obrigações de “performance”; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocar o preço da transação para cada obrigação de “performance”; e (v) reconhecer a receita somente quando cada obrigação de “performance” for satisfeita.

Impactos da adoção

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Norma	IFRS 16 - Leases
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) -Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto à diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa	2	1
Bancos conta movimento	322	425
	<u>324</u>	<u>426</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário e fundos de investimentos com previsibilidade de resgate imediato. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme nota explicativa 2.3.10 .

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

4. Outros Investimentos

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa Econômica Federal	1.366	1.130
Banco do Brasil	165	-
	<u>1.531</u>	<u>1.130</u>

Outros investimentos referem-se a fundos de investimentos e em 31 de dezembro de 2017 a rentabilidade média anual atrelada ao CDI foi de 13,47%. Possuem vencimento de 1 a 7 anos, com previsibilidade de resgate imediato, porém sem perspectiva desse exercício no curto prazo pela Administração.

5. Contas a receber de clientes

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Contas a receber de consumidores		3.114	2.991
Parcelamentos		257	224
Contas a receber de Prefeitura Municipal de Tubarão		11.788	9.284
Direitos a faturar		1.064	1.041
(-) Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)		(11.862)	(9.317)
Adiantamentos		45	26
Partes Relacionadas - operações mensais	13	-	6
		<u>4.406</u>	<u>4.255</u>

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, a Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes na data das demonstrações contábeis foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	2.809	2.654
Vencidos de 1 a 30 dias	604	557
Vencidos de 31 a 90 dias	488	472
Vencidos de 91 a 120 dias	226	210
Vencidos de 121 a 180 dias	438	404
Vencidos de 181 a 360 dias	1.223	1.204
Vencidos acima de 360 dias	9.371	6.998
Total	<u>15.159</u>	<u>12.499</u>

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para perdas de crédito de liquidação duvidosa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Demonstramos abaixo a movimentação da Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do ano	(9.317)	(6.974)
Adições	(2.545)	(4.123)
Baixas	-	1.780
Saldo no final do ano	<u>(11.862)</u>	<u>(9.317)</u>

A composição da provisão com perdas ao valor recuperável conforme critério de estimativa é a seguinte:

	<u>31/12/2017</u>
Provisão de títulos vencidos acima de 360 dias	449
Prefeitura Municipal de Tubarão	11.413
Saldo no final do ano	<u>11.862</u>

6. Imobilizado

	Taxas de depreciação (%)	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Máquinas, aparelhos e equipamentos	20,00 a 25,00	479	455
Veículos	20,00 a 25,00	1.145	1.145
Móveis e utensílios	10,00	413	358
Computadores e periféricos	20,00	685	624
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4,00	94	61
Terrenos	-	680	-
(-) Depreciação acumulada		(2.080)	(1.703)
Total do imobilizado líquido		<u>1.416</u>	<u>940</u>

Demonstramos abaixo a movimentação do imobilizado para o exercício de 2017:

Custo	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	455	1.185	304	520	-	2.464
Adições	-	-	24	94	61	179
Transferências	-	(40)	30	10	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	455	1.145	358	624	61	2.643
Baixas	-	-	-	(1)	-	(1)
Adições	24	-	55	62	33	854
Saldo em 31 de dezembro de 2017	479	1.145	413	685	94	3.496
Depreciação						
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(281)	(360)	(147)	(421)	-	(1.209)
Adições	(115)	(228)	(34)	(116)	(1)	(494)
Transferências	-	(203)	74	129	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(396)	(791)	(107)	(408)	(1)	(1.703)
Baixas	-	-	-	1	-	1
Adições	(24)	(203)	(39)	(97)	(15)	(378)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(420)</u>	<u>(994)</u>	<u>(146)</u>	<u>(504)</u>	<u>(16)</u>	<u>(2.080)</u>
Valor líquido contábil						
Em 31 de dezembro de 2016	59	354	251	216	60	940
Em 31 de dezembro de 2017	59	151	267	181	78	1.416

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A Administração da Companhia analisou os efeitos de depreciação, decorrentes da revisão periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e concluiu quanto a não necessidade de alteração das taxas de depreciação, mantendo os percentuais de depreciação sugeridos na legislação vigente.

Análise de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros. Em 31 de dezembro de 2017 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2017.

7. Intangível

	Taxas de amortização (%)	31/12/2017	31/12/2016
Máquinas e equipamentos - ICPC 01	10 a.a. ou limite da concessão	1.043	863
Hidrômetros - ICPC 01	5 a.a. ou limite da concessão	956	643
Rede de água - ICPC 01	4 a.a. ou limite da concessão	12.000	10.898
Rede de esgoto - ICPC 01	4 a.a. ou limite da concessão	2.152	2.142
Estação de tratamento de água - ICPC01	4 a.a. ou limite da concessão	4.602	3.560
Estação de tratamento de esgoto - ICPC01	4 a.a. ou limite da concessão	1.090	639
Direito de Uso de Software	20 a.a.	371	181
(-) Amortização acumulada		(3.267)	(2.245)
Total do intangível líquido		18.947	16.681

Demonstramos abaixo a movimentação do intangível para o exercício de 2017:

Custo	Intangível ICPC 01 (R1)	Software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	16.236	181	16.417
Adições	2.509	-	2.509
Saldo em 31 de dezembro de 2016	18.745	181	18.926
Adições	3.098	190	3.288
Saldo em 31 de dezembro de 2017	21.843	371	22.214
Amortização			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(1.650)	(84)	(1.734)
Adições	(475)	(36)	(511)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(2.125)	(120)	(2.245)
Adições	(970)	(52)	(1.022)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(3.095)	(172)	(3.267)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2016	16.620	61	16.681
Em 31 de dezembro de 2017	18.747	200	18.947

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Natureza dos intangíveis

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente aos gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras, sendo que os prazos de amortização não excedem os prazos das concessões.

Análise do valor recuperável de ativos

Os ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável testado caso haja indicativo de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2017.

8. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores diversos	1.155	820
Partes relacionadas -operações mensais (nota 13.2)	42	116
Adiantamentos	37	29
Contas a Pagar - Prefeitura Municipal de Tubarão (a)	548	548
Taxa de regulação e fiscalização	116	123
Total	1.898	1.636
Passivo circulante	1.349	1.083
Passivo não circulante	549	553

(a) A Companhia tem um valor a pagar à Prefeitura Municipal de Tubarão, proveniente de títulos recebidos no momento da transição para concessão, os quais serão objeto de compensação futura através de encontro de contas, com valores a receber com a mesma.

9. Empréstimos e financiamentos

Linha de crédito	Indexador	Taxas	31/12/2017	31/12/2016
Finame		3,00 a.a.	83	393
Cédula de crédito	CDI	4,5 a.a.	6.805	5.926
Total			6.888	6.319
Circulante			83	6.236
Não circulante			6.805	83

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos. A garantia do empréstimo do Finame é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos. A garantia da cédula de crédito junto ao Haitong Banco de Investimentos do Brasil S.A. é o aval prestado pela controladora em conjunto Iguá Saneamento S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2017 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros, bem como não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial.

Conforme os termos de aditamento às cédulas de crédito bancário - CCB junto ao Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. firmados em 12 de maio de 2017 pela Companhia, o saldo devedor passa a vencer em 31 de janeiro de 2019.

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	12 meses	13 a 19 meses
Empréstimos e financiamentos	6.888	83	6.805

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	12 meses	13 a 24 meses
Empréstimos e financiamentos	6.319	6.236	83

10. Debêntures

Linha de crédito	Indexador	Taxas	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures	CDI	19,03% a.a	-	5.172
Total			-	5.172

Em 14 de novembro de 2013, a Companhia celebrou o "Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie sem preferência, em série única, para distribuição privada", emitindo seis debêntures com valor nominal de R\$ 1.000, das quais, quatro foram subscritas até 31 de dezembro de 2015, totalizando o montante de R\$ 4.000, juros remuneratórios equivalentes a 100% do CDI na base 252 dias úteis, acrescido de 5,03% ao ano e vencimento em 13 de junho de 2016.

As debêntures venceram em 13 de junho de 2016, e foram liquidadas em 11 de agosto de 2017, através de acordo judicial, utilizando-se os valores bloqueados judicialmente entre a data de vencimento e sua quitação.

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2017	31/12/2016
Salários a pagar	202	147
Participação nos resultados	188	361
INSS a recolher	99	76
FGTS a recolher	25	22
Provisão de férias	397	341
Outras obrigações	-	1
	<u>911</u>	<u>948</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações tributárias

	31/12/2017	31/12/2016
COFINS com recolhimento diferido	981	789
COFINS a recolher	333	374
PIS com recolhimento diferido	211	169
PIS a recolher	122	81
INSS retido a recolher	9	4
IRRF sobre salário	49	17
IRRF sobre terceiros	5	3
ISS/PIS/COFINS/CSLL retido a recolher	28	11
	<u>1.738</u>	<u>1.448</u>
Passivo circulante	446	371
Passivo não circulante	1.292	1.077

13. Partes relacionadas

13.1. Administradores

As partes controladoras em conjunto da Companhia são a Iguá Saneamento S.A. e Duane do Brasil S.A., por definição de acordos de acionistas.

A Companhia é administrada por uma Diretoria com 4 integrantes.

Os diretores são as pessoas chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017 foram pagos aos administradores pró-labores, contabilizados na rubrica "Honorários de Diretoria".

A remuneração de pessoal-chave da Administração, registrada no resultado do exercício, compreende os seguintes montantes:

	2017	2016
Honorários de Diretoria	395	215
Encargos Sociais	79	43
Total	<u>474</u>	<u>258</u>

Não foram pagos no exercício valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Adicionalmente, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

13.2. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

- (a) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço;
- (b) Contrato de assistência técnica entre a Companhia e suas controladoras em conjunto, com vigência até o término do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2017, o prazo remanescente é de 24 anos e dois meses, e as parcelas mensais fixas a serem pagas são de R\$ 47, para cada controladora em conjunto;
- (c) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre a Companhia e sua controladora em conjunto para prestação de serviço suporte de sistema ERP.

14. Provisão para Contingências

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Em clientes, fornecedores e outras contas a pagar	(Nota 5)	(Nota 5)	(Nota 8)	(Nota 8)		
Repasse de recursos e custos com serviços compartilhados	(a)	-	-	74	-	(210)
Iguá Saneamento S.A.						
- Contrato de assistência técnica (b)	(b)	-	-	-	(564)	(564)
- Centro de serviços compartilhados - CSC (a)	(c)	-	42	42	(53)	(45)
Duane do Brasil S.A.						
- Contrato de assistência técnica (c)	(b)	-	-	-		(564)
Venda de imobilizado						
		-	-	-	-	-
		<u>6</u>	<u>42</u>	<u>116</u>	<u>(617)</u>	<u>(1.383)</u>

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

A Companhia registra o montante de R\$ 12 (R\$ 3.147 em 31 de dezembro de 2016) a título de depósitos e bloqueios judiciais, os quais foram efetuados em sua totalidade no decorrer das ações trabalhistas e cíveis com as quais a Companhia está envolvida.

A Companhia considera existir riscos efetivos de natureza civil e trabalhista e registrou em 31 de dezembro de 2017 provisão no valor de R\$ 81 (R\$ 140 em 31 de dezembro de 2016).

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações contábeis são de natureza trabalhista e civil, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 578 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 125 em 31 de dezembro de 2016), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Demonstramos abaixo a abertura por natureza dos processos com probabilidade de perda "provável" para os quais foi constituída provisão para contingências:

	31/12/2017	31/12/2016
Cíveis	61	130
Trabalhistas	20	10
	<u>81</u>	<u>140</u>

A seguir demonstramos a movimentação da provisão para litígios:

	Cíveis e trabalhistas	
	2017	2016
Saldo inicial	140	58
Adições	45	107
Reversões	(104)	(25)
Saldo final	<u>81</u>	<u>140</u>

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 está representado por 1.410.000 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2016), pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em % de participação	
	31/12/2017	31/12/2016
Iguá Saneamento S.A.	50%	50%
Duane do Brasil S.A.	50%	50%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Em 29 de abril de 2017, a Companhia registrou um aumento em seu capital social no montante de R\$ 5.110, com a finalidade de atender o disposto no Edital do Contrato de Concessão, que determina que a Companhia deve dispor em seu Capital Social Integralizado, em 30 de abril de cada ano, pelo menos 10% do total de investimentos realizados pela Concessionária, registrados como Bens de Concessão. Este aumento foi realizado por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, anteriormente aplicado, e realização da Reserva de Lucros, a qual já se encontrava registrada no Patrimônio Líquido.

15.2. Reserva legal

A reserva legal será constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 10% do capital social, em consonância com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal terá por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

15.3. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para manutenção e melhoria do sistema de esgotamento sanitário, conforme determinado em assembleia geral ordinária e extraordinária.

15.4. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina que é assegurado o direito a dividendos desde que não atinja mais de duas vezes ao ano o lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, condicionados aos limites fixados na mesma lei, quer com relação a periodicidade, quer com relação ao valor.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia propôs não distribuir dividendos mínimos obrigatórios sobre os resultados do exercício de 2017, tendo em vista a necessidade da Companhia de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados no ano de 2018.

16. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Total do passivo	11.965	16.383
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(324)	(426)
(=) Passivo líquido (A)	11.641	15.957
Total do patrimônio líquido (B)	17.246	12.337
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	0,67	1,29

17. Instrumentos financeiros

17.1. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro 2017	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo
		Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Outros investimentos	4	1.531	-	-	1.531	1.531
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	324	-	324	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	4.406	-	4.406	-
Total		-	4.730	-	4.730	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar	8	-	-	1.898	1.898	-
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	6.888	6.888	-
Total		-	-	8.786	8.786	-

31 de dezembro 2016	Nota	Valor contábil			Total	Valor justo
		Designados ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros		Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Outros investimentos	4	1.130	-	-	1.130	1.130
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	426	-	426	-
Contas a receber e outros recebíveis	5	-	4.255	-	4.255	-
Total		-	4.681	-	4.681	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar	8	-	-	1.636	1.636	-
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	6.319	6.319	-
Debêntures		-	-	5.172	5.172	--
Total		-	-	13.127	13.127	-

Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2017.

18. Gerenciamento de riscos financeiros

18.1. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

18.2. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento. Como principal mitigador do risco de crédito no contrato de concessão, a Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	3	324	426
Outros investimentos	4	1.531	1.130
Contas a receber e outros recebíveis (*)	5	4.361	4.229
Total		6.216	5.785

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos. A Companhia reconheceu Provisão para Estimativa de Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD ao valor recuperável de todos os títulos vencidos relativos ao recebíveis do Poder Concedente pelo fornecimento de água tratada ao município de Capivari de Baixo, obrigação prevista no contrato de concessão. Após esgotada a fase de negociação, a Companhia propôs ação judicial de cobrança no final do exercício de 2016 do montante da dívida.

18.3. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição a risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	8	1.861	1.607
Empréstimos e financiamentos	9	6.888	6.319
Debêntures	10	-	5.172
Total		8.749	13.098
Passivo circulante		1.395	12.462
Passivo não circulante		7.354	636

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

Todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos e financiamentos estão sendo integralmente cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2017	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 Meses	13 a 24 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	1.898	1.898	1.898	-
Empréstimos e financiamentos	6.888	6.888	83	6.805

31 de dezembro de 2016	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 Meses	13 a 24 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	1.607	1.607	1.054	553
Empréstimos e financiamentos	6.319	6.356	6.272	84
Debêntures	5.172	5.172	5.172	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

18.4. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativos financeiros			
Outros investimentos	4	1.531	1.130
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	9	6.805	5.926
Debêntures	10	-	5.172

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações contábeis. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Outros investimentos	1.531	CDI	6,89	105	8,61	132	10,34	158
Passivos financeiros								
Cédula de crédito	(6.805)	CDI	6,89	(469)	8,61	(586)	10,34	(703)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	<u>(5.274)</u>			<u>(363)</u>		<u>(454)</u>		<u>(545)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>(91)</u>		<u>(182)</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2017	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Outros investimentos	1.531	CDI	6,89	105	5,17	79	3,45	53
Passivos financeiros								
Cédula de crédito	(6.805)	CDI	6,89	(469)	5,17	(352)	3,45	(234)
Total líquido de ativos e passivos financeiros	<u>(5.274)</u>			<u>(363)</u>		<u>(273)</u>		<u>(182)</u>
Impacto no resultado e patrimônio líquido						<u>91</u>		<u>182</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

19.1. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.900	3.055		-	845	764
Contas a receber - diferimento de órgãos públicos	372	293	2.511	1.962	(470)	(444)
Direitos a faturar	-	-	328	321	(7)	24
Provisão para contingências	44	48		-	(4)	28
Outras provisões	84	150		-	(66)	130
	<u>4.400</u>	<u>3.546</u>	<u>2.839</u>	<u>2.283</u>	<u>298</u>	<u>502</u>
Compensação (*)	(2.839)	(2.283)	(2.839)	(2.283)	-	-
Total	<u>1.561</u>	<u>1.263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>298</u>	<u>502</u>

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social registrados no resultado dos exercícios

	2017	2016
Reconciliação da taxa efetiva		
Resultado do exercício antes dos impostos	7.362	6.612
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(2.503)	(2.248)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	(59)	(27)
Outras	109	82
Imposto corrente	(2.751)	(2.695)
Imposto diferido	298	502
Alíquota efetiva	<u>(37%)</u>	<u>(33%)</u>

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

20. Receita operacional líquida

	2017	2016
Receitas		
Saneamento	30.032	28.970
Construção	3.098	2.509
Prestação de serviços	585	457
Direitos a faturar	23	77
Deduções		
(-) Abatimentos e cancelamentos	(691)	(848)
(-) Impostos sobre serviços	(2.770)	(2.651)
Receita líquida operacional	<u>30.277</u>	<u>28.514</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

21. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2017	2016
Materiais diretos	(3.301)	(2.987)
Custos com pessoal	(2.001)	(2.473)
Construção	(3.098)	(2.509)
Materiais indiretos	(1.100)	(988)
Depreciação e amortização	(1.225)	(783)
Créditos de Pis e Cofins	501	502
Total	<u>(10.224)</u>	<u>(9.238)</u>
Despesas comerciais	2017	2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.545)	(2.343)
Outras despesas comerciais	(338)	(683)
Despesa com pessoal	(1.400)	(1.252)
Total	<u>(4.283)</u>	<u>(4.278)</u>
Despesas administrativas e gerais	2017	2016
Despesas com pessoal	(1.851)	(2.116)
Serviços contratados	(2.169)	(1.774)
Outras despesas	(2.777)	(2.371)
Depreciação e amortização	(178)	(222)
Total	<u>(6.975)</u>	<u>(6.483)</u>

22. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras	2017	2016
Juros sobre contas a receber de clientes	304	330
Juros de aplicações financeiras	346	176
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	13	14
Descontos obtidos	3	8
Total	<u>666</u>	<u>528</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos e debêntures	(1.413)	(1.897)
Outras despesas financeiras	(686)	(534)
Total	<u>(2.099)</u>	<u>(2.431)</u>
Despesas financeiras líquidas	<u>(1.433)</u>	<u>(1.903)</u>

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	2017	2016
Patrimonial (riscos diversos + equipamentos)	24.535	36.540
Seguro garantia	12.400	13.131
Responsabilidade civil	1.000	1.000
Total	<u>37.935</u>	<u>50.671</u>

24. Compromissos

24.1. Decorrente da taxa de regulação e fiscalização

Refere-se a taxa de repasse para cobrir os gastos da Agência Reguladora no percentual atual de 4,9% da arrecadação bruta mensal. Esse percentual de repasse sofre diminuição regressiva linear anual, decrescendo esse percentual até 1% no último ano da concessão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi pago à Agência Reguladora o montante de R\$ 1.354 (R\$ 1.155 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016) referente a Taxa de Regulação e Fiscalização.

24.2. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia até 31 de dezembro de 2017 estava cumprindo todos os compromissos contratuais, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

24.3. Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

25. Eventos Subsequentes

A Companhia realizou ajustes em 31 de janeiro de 2018 e 31 de março de 2018, nos montantes de R\$ 832 e R\$ 58, respectivamente, em seu saldo de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, reflexo do início da vigência do pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9).